

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

FACULDADE DE FILOSOFIA

Departamento de Graduação

Feudósia Túnia dos Santos Massango

A Ética do dever em Immanuel Kant: uma reflexão sobre o ser humano

(Licenciatura em Filosofia)

Maputo

Agosto de 2024

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

FACULDADE DE FILOSOFIA

Departamento de Graduação

Feudósia Túnia dos Santos Massango

A Ética do dever em Immanuel Kant: uma reflexão sobre o ser humano

(Licenciatura em Filosofia)

Monografia científica apresentada à Faculdade de Filosofia da Universidade Eduardo Mondlane como requisito parcial para a obtenção do grau académico de Licenciatura em Filosofia.

Supervisora: *Mestre* Nazarete Justino Raice

Maputo

Agosto de 2024

DECLARAÇÃO DE HONRA

Eu, Feudósia Túnia dos Santos Massango, portadora do B.I número 110504073529C, emitido aos 16 de Janeiro de 2024, na cidade de Maputo, declaro que a presente monografia foi elaborada por mim. Não se recorreu a quaisquer outras fontes para além das devidamente indicadas na monografia. Declaro ainda que esta monografia não foi apresentada a qualquer outra entidade ou instituição para efeitos de avaliação e/ou obtenção de qualquer grau académico.

Maputo

Agosto de 2024

EPÍGRAFE

“Finalmente, a célebre conclusão da segunda Crítica, na qual os dois reinos da razão teórica e prática são justapostos um ao outro, também invoca a linguagem do sublime dentro de um contexto moral e humano” (LOUDEN, 2000, p. 123).

DEDICATÓRIA

À minha família, pelo suporte ao longo desta árdua caminhada.

AGRADECIMENTOS

À Deus, por ter me concedido o dom da via, forças e sabedoria para concluir esta monografia. Como uma cristã, sei que sem a sua graça e misericórdia, nada seria possível.

Aos meus pais, João Massango e Sónia Langa, que sempre me apoiaram e incentivaram a buscar conhecimento.

Às minhas filhas, Denise Mambo e Isneidy Mambo, que, por conta desta formação, apesar de me manter ausente na maioria das noites ao longo dos últimos cinco anos, estiveram sempre presentes em meu coração.

Aos meus irmãos, Lígia Massango, Epifânia Massango, Alcídio Massango e Eunica, que sempre estiveram ao meu lado em todas as etapas da minha vida.

À minha tutora, *Mestre* Nazarete Justino Raice, pela sua paciência, orientação e pelos valiosos conselhos que me foram dados durante todo o processo de elaboração desta monografia. Sou imensamente grata por todo o seu empenho e dedicação.

Aos docentes da faculdade de filosofia que me proporcionaram uma formação de qualidade e me ajudaram a crescer academicamente e pessoalmente.

À CC Import & Export por ter me concedido tempo e espaço para que pudesse continuar com a minha formação académica.

Por fim, aos meus colegas, que me acompanharam nessa jornada, compartilhando conhecimentos, ideias e experiências, e tornando essa caminhada mais leve e prazerosa.

RESUMO

A presente monografia tem como tema *A Ética do dever em Immanuel Kant: uma reflexão sobre o ser humano*. O problema abordado reside em articular o estudo empírico do ser humano no contexto da ética do dever de Immanuel Kant, uma vez que este filósofo considera o estudo do ser humano como uma forma de filosofia moral aplicada. Assim, a moral e o estudo empírico do ser humano parecem caminhar juntas. Deste modo, a monografia levanta a seguinte pergunta de pesquisa: *de que maneira a ética do dever de Kant pode nos auxiliar na investigação empírica da natureza humana?* A monografia tem como objectivo geral reflectir sobre a natureza humana por meio da ética do dever de Immanuel Kant. Os objectivos específicos são: (i) contextualizar o pensamento ético de Kant no âmbito do estudo do homem; (ii) discutir os fundamentos filosóficos da ética do dever em Kant; e (iii) debater o estudo da natureza humana no contexto da ética de Kant. A motivação da realização desta monografia reside na necessidade de compreender como fica o estudo do homem na ética kantiana, especialmente após as conclusões que Kant tirou com a primeira crítica. A tese desta monografia indica que a ética do dever de Kant enfatiza a importância da autonomia, igualdade e boa vontade na compreensão da natureza humana. Ao privilegiar a razão prática, princípios morais universais e a incondicionalidade dos imperativos categóricos, a abordagem kantiana busca transcender contingências empíricas, oferecendo uma perspectiva que não considera qualidades específicas de determinados seres humanos, mas do homem no geral. A metodologia usada foi a revisão bibliográfica, com o auxílio das técnicas de hermenêutica e comparação textual. A monografia está dividida em três capítulos. O primeiro contextualiza o pensamento ético e filosófico de Kant. O segundo discute os fundamentos da ética kantiana. E, o terceiro debate sobre o modo mediante o qual a ética impescinde do estudo empírico da natureza humana – chamado de antropologia pragmática ou filosofia moral aplicada.

Palavras-Chave: **Ética, Dever, Kant, Ser humano.**

ÍNDICE

DECLARAÇÃO DE HONRA	ii
EPÍGRAFE.....	iii
DEDICATÓRIA	iv
AGRADECIMENTOS.....	v
RESUMO	vi
INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO I – CONTEXTO FILOSÓFICO DO PENSAMENTO ÉTICO DE KANT NO ÂMBITO DO ESTUDO DO HOMEM.....	11
1. Moralidade e natureza humana	11
2. Os Escritos Éticos de Kant.....	14
3. O pensamento de Kant na actualidade	17
1. Fundamentação da teoria ética	20
1.1. A Boa vontade.....	22
1.2. Agir por dever	23
2. A Vontade racional.....	24
3. Princípios práticos a priori	27
4. Os imperativos	28
4.1. Imperativos hipotéticos	29
4.2. Imperativos assertóricos.....	31
4.3. Imperativos categóricos.....	32
CAPÍTULO III – O ESTUDO DA NATUREZA HUMANA EM KANT	34
1. Filosofia moral aplicada.....	34
2. Dificuldade do auto-conhecimento	36
3. Antropologia Pragmática.....	39
3.1. Sentidos de “Pragmático” na Antropologia.....	40
3.2. A Estrutura da Antropologia Pragmática	42
CONCLUSÃO	45
BIBLIOGRAFIA.....	47

INTRODUÇÃO

Esta monografia tem como tema a *A Ética do dever em Immanuel Kant: uma reflexão sobre o ser humano*. A ética, enquanto disciplina filosófica, desempenha um papel central na orientação das acções humanas, na formulação de princípios morais e na construção de uma sociedade justa. A filosofia de Kant mostra-se de grande interesse na medida em que suscita questionamentos profundos sobre o papel do dever na vida humana.

O problema levantado nesta monografia reside na reflexão sobre como a ética do dever se desdobra no entendimento empírico do ser humano, pois em Kant a investigação sobre o ser humano, conhecida hoje como antropologia, nada mais é do que filosofia moral aplicada. Isto mostra como, em Kant, a ética e o estudo do homem caminham indissociados. Deste modo, a indagação central que norteia esta pesquisa pode ser colocado nos seguintes termos: *de que maneira a ética do dever de Kant pode nos auxiliar na investigação empírica da natureza humana?*

O objetivo geral desta monografia é reflectir sobre a natureza humana por meio da abordagem ética de Immanuel Kant. Através desta monografia espera-se que seja possível oferecer uma contribuição significativa para a compreensão do pensamento kantiano em torno da natureza humana e seu impacto na ética contemporânea.

Os objectivos específicos da monografia constituem-se em:

- i. Contextualizar o pensamento ético de Kant no âmbito do estudo do homem;
- ii. Discutir os fundamentos filosóficos da ética do dever em Kant; e
- iii. Debater o estudo da natureza humana no contexto da ética de Kant.

Esta pesquisa mostra-se relevante na medida em que procura preencher uma lacuna na literatura académica ao oferecer uma análise filosófica da ética do dever em Immanuel Kant tendo como centro o ser humano. O debate dessa abordagem é crucial para a compreensão das bases da ética do dever e suas contribuições para o pensamento ético actual.

De igual modo, ao compreender as implicações práticas dessa ética, pode-se enriquecer o entendimento sobre como os seres humanos podem agir, não apenas em conformidade com princípios morais particulares, mas *agir por* princípios morais universais. Isso não apenas

promove uma sociedade mais ética, mas também fornece ferramentas valiosas para a reflexão e o diálogo sobre questões éticas prementes.

O tema enquadra-se no campo de investigação da ética filosófica (distinguindo, assim, outros tipos de ética, como, por exemplo, a empresarial ou a económica, a ética política). No contexto filosófico, segundo Vaz (1999, p. 15), a ética é uma disciplina filosófica que examina os fundamentos da acção moral e procura justificar a moralidade da acção e distinguir acções morais de acções imorais e amorais. A ética trata da acção humana (chamada de acção moral), os valores e as normas às quais se conformam ou deverão se conformar essas mesmas acções.

Dentro do contexto desta ciência filosófica chamada ética, a pesquisa insere-se no campo da teoria crítica, pois, obviamente, a razão prática faz parte da fase crítica da filosofia kantiana (não sendo por acaso que o título da obra em que essa razão foi estabelecida tenha o título de crítica da razão prática). De facto, e conforme pretende-se argumentar nesta monografia, Kant é um dos precursores da filosofia crítica, esta sendo entendida, segundo Horkheimer (1990, p. 16), como a abordagem teórica que, em contraste com a teoria da matriz cartesiana tradicional, visa vincular teoria e prática, ou seja, conectar a tensão actual com o pensamento tradicional dos filósofos.

Sendo defensores da teoria crítica, a ética de Kant não deve ser considerada exclusivamente na perspectiva da experiência, mas deve, igualmente, e, de alguma forma, fazer valer a racionalidade; isto acontece na medida em que, por meio da própria ética, afirma Kant (2016, p. 7), é possível conhecer entidades que não são cognoscíveis na razão pura, tais como o conceito de liberdade, imortalidade e Deus. Assim sendo, há um elemento racional na ética – a consciência. Todavia, sua racionalidade não é desligada da experiência e do mundo prático.

A monografia obedece ao método de revisão bibliográfica, que consiste na escolha e leitura de obras e artigos científicos acerca da temática em questão, com enfoque na literatura escrita por Kant e sobre Kant. Assim, o método é suportado pelas técnicas de hermenêutica e de comparação textual, que consistem na interpretação e na comparação dos conteúdos contidos nas obras e artigos escolhidos por meio do método bibliográfico.

A monografia está dividida em três capítulos. O primeiro contextualiza o pensamento ético e filosófico de Kant. O segundo discute os fundamentos da ética kantiana. E, o terceiro debate

sobre o modo mediante o qual a ética imprescinde do estudo empírico da natureza humana – chamado de antropologia pragmática ou filosofia moral aplicada.

CAPÍTULO I – CONTEXTO FILOSÓFICO DO PENSAMENTO ÉTICO DE KANT NO ÂMBITO DO ESTUDO DO HOMEM

O objectivo deste capítulo é contextualizar o pensamento ético de Kant no âmbito do estudo do homem. No capítulo destaca-se a relação entre a ética kantiana e a natureza humana, ressaltando a influência de Rousseau e a ênfase de Kant na pureza da lei moral, desmistificando equívocos sobre a exclusão da importância da natureza humana no pensamento kantiano. Por fim, são ilustradas algumas das mais importantes obras e contribuições de Kant no contexto da ética, e como seus críticos concebem o pensamento kantiano no contexto da ética.

1. Moralidade e natureza humana

Kant derivou de Rousseau a ideia de que os seres humanos na condição social inevitavelmente adquirem a ilusão da desigualdade. Para Rousseau, essa decepção é o segredo feio de toda “civilização”, levantando questões preocupantes sobre a trajetória da história humana. Se a evolução da sociedade só nos faz mais desiguais, desonestos e maus, será sensato desejar tornar a vida humana melhor no futuro? Podemos acreditar que existe um propósito na história da nossa espécie ou que uma ajuda divina está a trabalhar com nossos esforços racionais para nos tornarmos melhores e melhorar nossa situação?

Na metade da década de 1760, Kant aparentemente decidiu que Rousseau também tinha respostas satisfatórias para essas perguntas:

Rousseau foi o primeiro a descobrir, sob a multiplicidade das formas assumidas pelo ser humano, sua natureza profundamente oculta e a lei oculta segundo a qual o destino é justificado por suas observações [...]. De acordo com Newton e Rousseau, Deus é justificado (KANT, 2012, p. 414).

Ao longo de sua vida, Kant lidou com a concepção de Rousseau sobre a natureza humana, tentando fornecer uma interpretação que justificasse tanto a busca por uma finalidade natural na história quanto uma fé na providência que governa essa história. Acreditamos que o pensamento ético de Kant só pode ser devidamente apreciado quando visto em relação a essa problemática.

A composição da primeira obra ética madura de Kant, a *Fundamentação da Metafísica dos Costumes* (originalmente publicada em 1785), coincide com seu estudo de uma interpretação alternativa de Rousseau desenvolvida por Johann Gottfried Herder – que tinha sido aluno de Kant na década de 1760, enquanto ele descobria o pensamento social de Rousseau. Foi nesse contexto que Kant escreveu seus dois primeiros ensaios importantes sobre a filosofia da história: *Ideia para uma História Universal com um Propósito Cosmopolita* (1784) e *Início Conjectural da História Humana* (1786). O interesse contínuo de Kant pela filosofia da história é evidenciado em várias obras posteriores, incluindo a *Crítica da Faculdade de Julgar* (1790), o *Ensaio sobre Teoria e Prática* (1793), *Religião Nos Limites da Simples Razão* (1794), *Rumo à Paz Perpétua* (1795), o *Conflito das Faculdades* (1798) e *Antropologia de um Ponto de Vista Pragmático* (1798).

Ao conhecerem a ética de Kant, geralmente representada de maneira simplificada, muitos académicos não percebem o quanto ele considerava a natureza humana e a história. Muitas interpretações erróneas surgem devido à ideia equivocada de que Kant excluiu a importância da natureza humana e da situação social na sua ética, porque ele afirmou que o princípio moral básico deve ser independente da observação da natureza humana e da história. Algumas das interpretações equivocadas da ética kantiana são as de Bernard Williams, Alasdair MacIntyre e Richard Rorty – esta lista é indicada por Wood.

Bernard Williams afirma que Kant rejeita qualquer teoria biológica, histórica ou psicológica da moralidade. Alasdair MacIntyre comenta que a única concepção de *natureza humana* de Kant à qual princípios morais são aplicados envolve apenas “*o lado fisiológico e não racional do homem*” (MACINTYRE, 2007, p. 52). Isso significa que Kant restringe os princípios morais apenas ao lado fisiológico, não racional, do homem. Isso implica que Kant pode não ter desenvolvido uma concepção integral da natureza humana que abranja tanto aspectos físicos quanto racionais na aplicação de princípios morais.

Richard Rorty declara que a esperança de Kant é “*derivar soluções para dilemas morais a partir da análise de conceitos morais*” (RORTY, 1998, p. 49). O que quer dizer que Rorty sugere uma crítica ao projecto moral de Kant ao afirmar que a esperança de Kant era derivar soluções para dilemas morais através da análise de conceitos morais, pois isso indica uma abordagem altamente

racionalista e analítica para questões éticas. Essa visão, segundo Rorty, pode ser vista como limitada, pois pressupõe que conceitos morais são suficientemente claros e universais para fornecer soluções definitivas para dilemas morais complexos.

Kant como representante consciente do Iluminismo nunca quis negar o lugar essencial da ética no estudo empírico da natureza humana. Ele mostra-se pronto para criticar outros moralistas por ignorar a natureza humana quanto outros têm sido em criticá-lo:

pode-se, de facto, considerar a filosofia prática até mesmo sem a antropologia, ou sem conhecimento do agente, apenas então é meramente especulativa, ou uma ideia; assim, o ser humano deve pelo menos ser estudado adequadamente. [Do contrário, a filosofia moral se torna] repetições tautológicas de regras que todos já conhecem, [o que] nos parece muito tedioso [...], e sermões no púlpito sobre o assunto são muito vazios, se o pregador não se ocupar simultaneamente com a humanidade (KANT, 1997, p. 42).

A ética kantiana se preocupa muito com a natureza humana empírica assim que consideramos as razões pelas quais Kant destaca o ponto de que o princípio supremo da moralidade deve ser compreendido como a priori e independente da natureza empírica dos seres humanos. Ele declara que é “*de maior importância prática*” (KANT, 2007, p. 15) Apresentar a lei moral sem mistura de considerações antropológicas. As próprias morais estão sujeitas a todo tipo de corrupção se não compreendermos a lei moral em toda a sua pureza.

Para Kant, todas filosofias da virtude podem ser materializadas muito bem no mundo, mas apenas se seus professores separarem a lei moral pura de tudo o que é empírico. Isso ocorre porque apenas o respeito puro pela lei é o único motivo que pode submeter nossas inclinações à razão. Apenas o motivo a priori do dever é capaz de produzir acções boas de forma confiável.

Kant não se refere à forma como conhecemos a lei moral, mas sim aos impactos que a apresentação das reivindicações morais tem sobre o comportamento humano, considerando a natureza humana como ela é. Ele assinala que,

nunca ocorre perguntar se por toda a parte se devem buscar no conhecimento da natureza humana (que não pode provir senão da experiência) os princípios da moralidade, e, não sendo este o caso, sendo os últimos totalmente a priori, livres de todo o empírico, se se encontrarão simplesmente em puros conceitos racionais e não em qualquer outra parte, nem mesmo em ínfima medida (KANT, 2007, p. 44).

Kant sublinha que nenhum dos nossos desejos empíricos está naturalmente alinhado com o que a moral exige, e que nem a educação nem o hábito podem garantir uma harmonia consistente entre a razão e as inclinações.

No conjunto, isso sugere uma tese empírica muito controversa sobre a natureza humana: nossa natureza não nos leva naturalmente a fazer o que a moral requer ou a sentir gosto pelo dever; portanto, esses estados impossíveis não são algo que devemos admirar ou buscar moralmente. Pelo contrário, pensar neles só serve para nos iludir sentimentalmente e criar uma imagem exagerada de nós mesmos.

Os críticos de Kant frequentemente chamam a atenção para a profunda desconfiança em relação à natureza humana demonstrada em sua insistência na oposição entre razão e vontade, bem como em sua reserva de estima moral apenas para acções motivadas pelo dever. No entanto, na nossa óptica, os críticos demonstram falta de visão quando menosprezam esse aspecto do pensamento ético de Kant. Eles ignoram o facto de que a interpretação de Kant do princípio moral a priori em si, bem como sua concepção de sua aplicação à vontade humana, dependem de visões muito distintas sobre a natureza humana e a história – que serão abordadas no capítulo terceiro desta monografia.

2. Os Escritos Éticos de Kant

Na juventude, Kant era um estudioso da natureza, época em que era chamado de “filósofo natural”, termo que hoje equivaleria a “físico”. Seu interesse pela filosofia, por volta de 1740, nasceu de sua fascinação pelas ciências naturais. Durante a década de 1760, ao começar a reflectir sobre a filosofia moral, Kant focava mais nos fundamentos do conhecimento e na

estrutura de um sistema filosófico, em vez de preocupações morais específicas. Sua primeira obra publicada que tratou do papel da moral dentro desse sistema foi “A Investigação sobre a Clareza dos Princípios da Teologia Natural e da Moral” (escrita em 1762 e publicada em 1764). Nessa obra,

Kant diferenciou entre acções que são necessárias para alcançar um objectivo (e, portanto, sua bondade pode ser demonstrada por meio desse objectivo) e acções que são intrinsecamente necessárias em si mesmas (e, portanto, a bondade delas não pode ser demonstrada). Ele afirmou que apenas essas últimas são verdadeiramente obrigatórias (WOOD, 1999, p. 12).

Ainda na década de 1760, Kant investigou a teoria do senso moral de Francis Hutcheson para esclarecer a ideia de necessidade moral incondicional. Aproximadamente em 1765, ele iniciou a elaboração de seu próprio sistema de filosofia moral, denominado “Metafísica dos costumes”. Esse desenvolvimento representou uma rejeição clara da teoria do senso moral, optando por fundamentar a moralidade em princípios racionais. No entanto, Kant só “... *mergulhou profundamente nesse projecto vários anos após sua revolucionária obra em filosofia teórica, a Crítica da Razão Pura*” (DELEUZE, 1994, p. 43). Ao considerarmos a trajectória filosófica de Kant, notamos um aumento gradual de seu interesse por questões morais e a crescente importância do ponto de vista prático em sua visão geral da filosofia. No sistema crítico de Kant, uma característica proeminente é a ideia de que questões profundas da razão humana, como a existência de Deus, a liberdade da vontade e a imortalidade da alma, não podem ser respondidas por meio da razão teórica ou especulativa. Em vez disso, ele argumenta que essas questões só podem ser abordadas a partir de um ponto de vista prático, ou seja, um ponto de vista moral.

Na segunda metade dos anos 1780, Kant se concentrou em estabelecer as bases de uma filosofia prática, que “*Wolff [...] chamou de Filosofia prática universal*” (QUINTELA, 2007, p. 17). Abordando essa lacuna que ele via entre a filosofia teórica e a filosofia prática. Ele escreveu obras importantes, como a “Fundamentação da metafísica dos costumes” e a “Crítica da razão prática”.

As principais obras de Kant na década de 1790 exploram a aplicação da filosofia prática à vida humana, abordando questões religiosas, políticas, relações internacionais e a evolução da humanidade na história. Isso inclui obras como “Religião nos limites da simples razão” (1793–1794), ensaios sobre teoria e prática (1793) e “Para a paz perpétua” (1795), culminando na conclusão de sua obra “Metafísica dos costumes” (1797–1798). “O pensamento maduro de Kant, nesse contexto, é tão voltado para questões morais quanto para questões de epistemologia, ciência natural ou metafísica especulativa” (WOOD, 1999, p. 13). Portanto, a filosofia kantiana abraça uma perspectiva moral do mundo, além de abordar outros domínios da reflexão filosófica.

Apesar de ser um texto breve, a “Fundamentação da metafísica dos costumes” é considerada “*uma das maiores e mais influentes realizações na história da filosofia*” (CAYGILL, 2000, p. 162). Contudo, é importante notar que essa obra recebeu uma atenção acadêmica desproporcional. Kant não a via como uma exposição completa de sua teoria ética, mas como um esforço para identificar o princípio fundamental sobre o qual um sistema ético poderia ser construído. Da mesma forma, a “Crítica da razão prática”, embora relacionada, não corrige as impressões unilaterais criadas pela “Fundamentação”, pois também é uma obra essencial e preparatória para a teoria ética de Kant, e não uma declaração directa dela.

Conforme Wood, “*a compreensão adequada do pensamento ético de Kant requer atenção não apenas à “Fundamentação”, mas também à “Metafísica dos costumes”, onde seu sistema de deveres é apresentado*” (Wood, 1999, p. 14). Ademais, os escritos de Kant sobre ética, política, religião e sua teoria empírica da natureza humana (sua “antropologia” e filosofia da história) são igualmente importantes para entender seu pensamento ético. Portanto, tanto os escritos fundamentais quanto o sistema resultante de deveres na “Metafísica dos costumes” devem ser considerados em conjunto com esses outros elementos para uma interpretação completa e precisa do estudo do homem por meio da ética kantiana – o que será realizado no próximo capítulo desta pesquisa.

3. O pensamento de Kant na actualidade

O pensamento ético de Kant é uma fonte (directa ou indirecta) de grande parte do que agora é comum em teorias normativas sobre ética, filosofia política e políticas públicas. Muitos veem a teoria ética de Kant, nas palavras de John Rawls, “*não como uma moralidade de comando austero, mas uma ética de respeito mútuo e autoestima*” (RAWLS, 2000, p. 556). A ética kantiana é fundamentada na dignidade da natureza racional e exige não apenas respeito pelos direitos individuais e o valor igual de todos os seres humanos, mas também a ideia de uma comunidade cosmopolita onde os objectivos de todos os seres racionais devem formar uma unidade a ser perseguida coletivamente.

O pensamento ético de Kant também é foco de controvérsia, frequentemente objecto de forte aversão. Segundo Louden, muitos o consideram um sistema metafísico de conformidade cega, baseado em um comando moral infável. Para eles, ser “kantiano” sobre qualquer questão ética é ser irracionalmente inflexível e irresponsavelmente descuidado das consequências de suas acções.

Os detratores encontram apoio em algumas opiniões morais de Kant sobre temas específicos, algumas das quais lhes parecem excessivamente rígidas ao ponto de desumanidade. Por exemplo, Kant mantém que é errado mentir até mesmo para um potencial assassino a fim de proteger sua vítima pretendida. Ele sustenta que o suicídio viola um dever estrito para consigo mesmo, porque

destruir o sujeito da moralidade na sua própria pessoa equivale a extirpar do mundo a moralidade na sua própria existência, na medida em que esta depende dele, moralidade que é, no entanto, fim em si mesma; por conseguinte, dispor de si próprio como de um simples meio para um qualquer fim é equivalente a desvirtuar a humanidade na sua própria pessoa (KANT, 2011, p. 347).

A partir do supracitado percebe-se que Kant destaca uma perspectiva fundamental de sua ética: a preservação da moralidade e da dignidade humana como fins em si mesmos. Através da citação, Kant argumenta que o acto de suicídio é inaceitável porque destrói o sujeito da moralidade, ou seja, a própria pessoa. Ele vê isso como uma eliminação da moralidade no mundo, pois cada indivíduo é portador da moralidade. Para Kant, a humanidade em cada pessoa deve ser tratada

como um fim em si mesmo e não como um meio para qualquer outro propósito. Desse modo, ao dispor de si próprio como um mero meio para alcançar qualquer fim, uma pessoa estaria desrespeitando e desvirtuando a essência da humanidade nela mesma.

A ideia kantiana de ser humano enquanto um fim em si mesmo ilustra sua ênfase na dignidade e valor intrínseco de cada ser humano, um princípio que permeia toda a sua filosofia moral. Ao afirmar que a moralidade e a humanidade são fins em si mesmos, Kant estabelece uma base sólida para o respeito mútuo e a autoestima. Esse conceito de tratar cada indivíduo como um fim em si mesmo exige que as acções sejam guiadas por princípios racionais e universais, promovendo uma ética de respeito incondicional pelos direitos e pela dignidade de todos os seres humanos.

Quanto ao crime de assassinato, Kant considera que a punição com a morte é tão rigorosamente necessária que,

mesmo que se dissolvesse a sociedade civil com o assentimento de todos os seus membros [...], teria antes que ser executado o último assassino que se encontrasse na prisão, para que a cada um aconteça aquilo que os seus actos merecem e o sangue derramado não seja da responsabilidade do povo que não exigiu este castigo: pois pode ser considerado como cúmplice desta violação pública da justiça (KANT, 2011, p. 211).

Do supracitado percebe-se que para Kant, permitir que um assassino escape da punição seria uma violação pública da justiça, e a sociedade que não exige essa punição poderia ser considerada cúmplice do crime. Esse posicionamento reflecte a visão kantiana de que a justiça deve ser imparcial e absoluta, e que a retribuição é essencial para manter a integridade moral da sociedade.

Para os detratores de Kant, o discurso elevado de Kant sobre *dever* e *personalidade* é um formalismo vazio que pode facilmente se tornar um pretexto para qualquer tipo de tirania ou manipulação; e, a admiração de Kant (2016, p. xxii) pela “boa vontade” é um individualismo nocivo que se concentra nas intenções internas do agente em vez de seu ambiente social. Aqueles que veem Kant dessa maneira o consideram inteiramente adequado à desumanidade de sua

doutrina ética, já que ele localiza sua boa vontade completamente fora da natureza, em um mundo *numênico*¹ desconhecido.

¹ O mundo numênico ou mundo dos númenos diz respeito ao universo das coisas em si, diametralmente opostas ao mundo físico, permeado por factos e fenómenos concretos/empíricos (KANT, 2001, p. 113). Assim, quando coloca a boa vontade “fora da natureza” a remove para o mundo dos númenos, pois na natureza existem apenas fenómenos e factos.

CAPÍTULO II – FUNDAMENTOS DA ÉTICA KANTIANA

Este capítulo tem como objectivo discutir os fundamentos filosóficos da ética do dever em Kant. O capítulo explora a fundamentação da teoria ética de Kant, destacando seu projecto na “Fundamentação da Metafísica dos Costumes”, a saber: o estabelecimento do princípio supremo da moralidade. Ademais, o capítulo explora conceitos cruciais da ética kantiana, como a boa vontade, o agir por dever, o valor moral e as máximas, destacando a relação entre a ética kantiana e a natureza racional da vontade. Posteriormente, também são abrangidos os conceitos de vontade racional, os princípios práticos a priori, os imperativos (hipotéticos e categóricos) e a distinção entre imperativos assertóricos e categóricos.

1. Fundamentação da teoria ética

O projecto de Kant na Fundamentação da Metafísica dos Costumes resume-se na “*busca e estabelecimento do princípio supremo da moralidade*” (KANT, 2007, p. 19). A primeira secção dessa obra realiza a busca apelando ao senso moral comum para motivar uma explicação mais rigorosa dos compromissos do senso comum.

A segunda secção contorna a chamada “filosofia moral popular” e utiliza uma teoria filosófica da vontade para estabelecer o terreno para uma “metafísica dos costumes”. O “princípio supremo da moralidade” é formulado apenas de forma provisória na primeira secção, como a Fórmula da Lei Universal (FLU). A busca continuada na segunda secção resulta em um sistema de três fórmulas.

Primeira fórmula:

A Fórmula da Lei Universal (FLU): “*Age apenas segundo uma máxima tal que possas ao mesmo tempo querer que ela se torne lei universal*” (KANT, 2007, p. 59). Esta máxima significa que Kant propõe que a moralidade de uma acção deve ser avaliada com base em sua universalidade. Ou seja, ao agir, a pessoa deve considerar se a máxima (ou princípio) por trás de sua acção poderia ser desejada como uma lei universal, válida para todos em situações semelhantes. Por exemplo, se alguém considera mentir, deve pensar se seria aceitável que todos mentissem sempre. Se a prática universalizada de mentir levaria à destruição da confiança e à

impossibilidade da comunicação verdadeira, então mentir não poderia ser uma máxima universalizável e, portanto, seria imoral. A variante desta fórmula é a seguinte:

A Fórmula da Lei da Natureza (FLN): *“Age como se a máxima da tua acção se devesse tornar, pela tua vontade, em lei universal da natureza”* (KANT, 2007, p. 59). Essa formulação enfatiza o papel activo da vontade moral na criação de normas éticas. Kant sugere que devemos agir como se as regras que seguimos em nossas acções pudessem ser aplicadas a todos, em todas as circunstâncias, como uma lei da natureza. Isso implica uma reflexão profunda sobre as implicações e consequências de nossas acções se fossem universalizadas.

Segunda fórmula:

A Fórmula da Humanidade como Fim em Si Mesmo (FH): *“Age de tal maneira que uses a humanidade, tanto na tua pessoa como na pessoa de qualquer outro, sempre e simultaneamente como fim e nunca // simplesmente como meio”* (KANT, 2007, p. 69). Ao dizer que devemos “usar a humanidade” sempre como um fim, Kant está a destacar que cada pessoa possui um valor intrínseco e uma dignidade que não podem ser violados. Isso significa que, em nossas interações com os outros, devemos respeitar sua autonomia, sua liberdade e seus direitos, nunca instrumentalizando-os para alcançar nossos próprios objectivos ou interesses egoístas.

Terceira fórmula:

A Fórmula da Autonomia (FA): *“não escolher senão de modo a que as máximas da escolha estejam incluídas simultaneamente, no querer mesmo, como lei universal”* (KANT, 2007, p. 85). Isso quer dizer que Kant propõe que nossas decisões devem ser feitas com a consciência de que as regras que seguimos poderiam ser adoptadas por qualquer pessoa em qualquer situação. O “querer mesmo” implica que devemos desejar sinceramente que a máxima da nossa acção possa ser universalizada sem contradições ou resultados imorais. A forma variante dessa máxima é a seguinte:

A Fórmula do Reino dos Fins (FRF): *“Age segundo máximas de um membro universalmente legislador em ordem a um reino dos fins somente possível”* (KANT, 2007, p. 83). Essa formulação sublinha a responsabilidade moral que cada indivíduo tem, não apenas consigo mesmo, mas com toda a humanidade. Ao agir, cada pessoa deve considerar o impacto de suas

acções na criação de uma ordem moral justa e harmoniosa, onde todos os seres racionais vivem sob leis que eles próprios poderiam querer como universais. Essa perspectiva coloca a moralidade como uma questão de deveres que todos compartilham e que são fundamentados na racionalidade e no respeito pela dignidade humana.

Kant ressalta que essas três fórmulas são reciprocamente equivalentes e representam um único e mesmo princípio sob diferentes perspectivas (que costuma ser representado pela FLU).

1.1. A Boa vontade

“Neste mundo, e até também fora dele, nada é possível pensar que possa ser considerado como bom sem limitação a não ser uma só coisa: uma boa vontade” (KANT, 2007, p. 21). Kant propõe obter nosso assentimento a essa proposição marcante ao considerar a boa vontade ao lado de algumas outras categorias de coisas boas. Primeiro, ele considera “dons da natureza”, as características mais ou menos permanentes de uma pessoa que pertencem às suas dotações naturais: “talentos da mente” (entendimento, perspicácia, julgamento) e “qualidades de temperamento” (coragem, resolução, perseverança em seus planos). Estes

são sem dúvida a muitos respeitos coisas boas e desejáveis; mas também podem tornar-se extremamente más e prejudiciais se a vontade, que haja de fazer uso destes dons naturais e cuja constituição particular por isso se chama carácter, não for boa (KANT, 2007, p. 22).

Kant afirma algo semelhante sobre os “dons da fortuna”. Esta categoria inclui todos os bens possuídos contingencialmente pelos quais lutamos e competimos: poder, riqueza e honra (a boa opinião dos outros). Também engloba tudo o que consideramos constituir nosso interesse pessoal: saúde e aquele contentamento completo com nossa condição chamado “felicidade”. Todos esses são bons, diz Kant, mas somente quando combinados com uma boa vontade. Pois todos esses dons da fortuna podem facilmente levar à coragem e, assim, frequentemente ao atrevimento *“se não existir também a boa vontade que corrija a sua influência sobre a alma e juntamente todo o princípio de agir e lhe dê utilidade geral”* (KANT, 2007, p. 22). O atrevimento, pelo menos, é uma péssima qualidade (tanto moral quanto prudencialmente) a menos que acompanhado por

uma boa vontade que restrinja sua influência maléfica. A felicidade, diz Kant, é algo que não podemos aprovar como bom a menos que seu possuidor tenha se tornado digno dela através de ter uma boa vontade.

Conforme Wood, “*a primeira razão de Kant para excluir a felicidade das coisas incondicionalmente boas não é que não mereçamos ser felizes*” (Wood, 2008, p. 125). Mas porque a felicidade pode ter uma influência corruptora devido às propensões inatas da natureza humana. A antropologia kantiana sustenta que a boa fortuna frequentemente contribui para a imprudência e o mal moral ao criar ilusões arrogantes sobre merecimento.

Kant questiona o valor de coisas tradicionalmente consideradas bens incondicionais, como virtudes e felicidade. As virtudes, como coragem e temperança, eram associadas a bons fins, enquanto Kant argumenta que a verdadeira coragem está presente apenas em quem possui uma “boa vontade”. A felicidade, vista como o fim último da vida, também está ligada à boa vontade, constituindo seu “valor interior”.

Kant reconhece o apelo da ideia de que a melhor vontade faz espontaneamente o que é certo. As principais afirmações da Fundamentação da Metafísica dos Costumes são que uma boa vontade é sempre boa incondicionalmente, enquanto outros bens são condicionalmente bons e dependem da combinação correcta com uma boa vontade. O senso moral comum atribui à boa vontade sua bondade ilimitada, desvinculando-a dos maus resultados ou defeitos de mente e temperamento.

1.2. Agir por dever

Kant explora a natureza da boa vontade, considerando o dever como um conceito relacionado que “*contém em si o de boa vontade*” (KANT, 2007, p. 26). Ele destaca que o dever amplia a boa vontade, adicionando condições, tornando-a mais abrangente. Kant direcciona a atenção para casos especiais da boa vontade, nos quais ela supera “limitações e obstáculos subjectivos”, destacando seu valor em adversidades.

Kant diferencia acções *em conformidade com o dever* daquelas feitas por dever. “*As acções conformes ao dever podem conter legalidade, porém, estão desprovidas de moralidade, porque*

elas estão de acordo com a letra da lei, mas não são impulsionadas por seu espírito” (SOUZA, 2009, p. 52). Apenas actos feitos por dever têm verdadeiro valor moral ou conteúdo moral, indicando um grau especial de valor reconhecido pela cognição racional comum. Assim, conforme exemplifica Tugendhat,

Apenas de acordo com o dever age, por exemplo, o comerciante – assim o exemplo de Kant – que atende sua clientela honestamente, mas não por causa de “princípios da honestidade” e por isto não “por dever”, senão “com propósito egoísta”. Esta é a motivação do contratualista. Ele quer aparecer de forma honesta, porque isto lhe é vantajoso (TUGENDHAT, 1999, p. 111).

No contexto ilustrado pelo trecho acima, a motivação é contractualista, pois o comerciante busca agir de maneira honesta para beneficiar a si mesmo, visando uma aparência de honestidade que lhe seja vantajosa. Apesar de a boa vontade nem sempre agir por dever, e nem todos os seus actos terem esse valor moral especial, Kant sustenta um dever imperfeito de esforçar-se para tornar o dever o único incentivo para as acções. Podemos alcançar mérito moral mesmo quando esse esforço não é totalmente bem-sucedido.

Kant não afirma que uma boa vontade está presente apenas ao agir por dever em todos os casos. Ele defende que podemos ter uma boa vontade resistindo a incentivos contrários, sem exigir a ausência total de incentivos não morais. Sua visão da boa vontade exibindo valor moral distintivo em adversidades baseia-se na teoria da natureza humana.

Kant não sugere preferir uma situação em que alguém age apenas por dever. Ele reconhece que é benéfico quando as acções honestas também servem aos interesses individuais, mantendo a estima pela boa vontade em circunstâncias desafiadoras.

2. A Vontade racional

Kant classifica as faculdades mentais em três categorias principais: entendimento, juízo e desejo (ou apetição). Essas faculdades geralmente colaboram entre si. A faculdade de desejo é definida

por Kant como a capacidade de gerar um objecto (ou estado de coisas) por meio da representação desse objeto. Em suas próprias palavras:

A faculdade de apetição é a faculdade do mesmo ente de ser, mediante suas representações, causa da efetividade dos objectos destas representações. Prazer é a representação da concordância do objecto ou da ação com as condições subjetivas da vida, isto é, com a faculdade da causalidade de uma representação com vistas à efetividade de seu objeto (ou da determinação das forças do sujeito à ação de produzi-lo) (KANT, 2016, p. 15).

Considerando o supracitado, nota-se que Kant explica que a faculdade de desejo envolve a habilidade de transformar ideias ou representações mentais em realidade. Isso implica que o desejo não é apenas uma aspiração passiva, mas uma força activa que mobiliza o sujeito a agir no mundo para concretizar seus objectivos.

Kant também relaciona essa capacidade de apetição ao conceito de prazer, definido como a representação da concordância entre o objecto desejado e as condições subjetivas da vida. Portanto, o prazer surge quando há uma harmonia entre o que é desejado e as capacidades do sujeito de realizar esse desejo. Essa visão complexa do prazer e do desejo destaca a interconexão entre as faculdades mentais, sugerindo que o desejo não apenas motiva a acção, mas também está ligado a uma avaliação subjetiva positiva da própria capacidade de agir.

Ainda em forma de comentário do trecho de Kant, anteriormente colocado, percebe-se que ele aponta que a apetição pode ou não incluir a consciência da capacidade de produzir o objecto desejado. Isso significa que um indivíduo pode desejar algo e sentir prazer na mera representação desse desejo, mesmo que não tenha plena consciência ou confiança em sua capacidade de realizar esse desejo. Essa dualidade entre a representação e a efectividade do desejo revela uma profundidade na compreensão kantiana da mente humana, onde a experiência subjectiva do desejo e do prazer é complexa e multifacetada, envolvendo tanto a imaginação quanto a acção prática. Conforme podemos ver no seguinte trecho:

apetite (appetitus) é a autodeterminação da força de um sujeito mediante a representação de algo futuro como um efeito seu. O apetite sensível

habitual chama-se inclinação. Apetecer, sem o emprego de força para a produção do objeto, é desejo. Este pode ser dirigido a objetos que o sujeito mesmo se sente incapaz de produzir, e é então um desejo vazio (ocioso). O desejo vazio de poder elidir o tempo que há entre apetecer e obter aquilo que apetece, é ânsia. O apetite por um objeto indeterminado (*appetitio vaga*), que apenas impele o sujeito a sair de seu estado presente, sem saber em qual pretende entrar, pode ser chamado de desejo humoroso (ao qual nada satisfaz) (KANT, 2006, p. 149).

Kant argumenta que, nos animais brutos, os impulsos operam mecanicamente, produzindo comportamentos predefinidos pelo instinto. Esses animais são “afectados patologicamente” pelos impulsos e “patologicamente necessitados”. Um animal bruto não pode resistir aos impulsos, decidir se satisfaz um desejo ou deliberar sobre como fazê-lo. Por não submeterem seu comportamento à auto-regulação ou normas, os brutos não são considerados agentes, pois não possuem uma concepção de si mesmos como tal.

O acto normativo central para Kant é estabelecer um fim, exclusivo da natureza racional e um acto de liberdade. Estabelecer fins implica submeter-se à auto-disciplina para realizar acções (meios) consideradas adequadas para atingir o fim.

A faculdade de desejo que responde mecanicamente aos impulsos é denominada “poder bruto de escolha”. Kant contrasta isso com o poder de escolha humano, que é “sensível” (afectado por impulsos sensíveis), mas também “livre”. A vontade, apenas presente em seres racionais, é a capacidade de agir com base na representação de leis ou princípios.

No caso de uma vontade (ou poder de escolha livre), um impulso empírico não age directamente ou mecanicamente como causa da acção, mas serve apenas como incentivo para a adopção de um princípio e estabelecimento de um fim. Um incentivo pode determinar a vontade a uma acção apenas na medida em que o indivíduo o incorporou em sua máxima (o transformou em uma regra geral, pela qual se conduzirá) – esta é conhecida como a “*tese da incorporação*” (WOOD, 1999, p. 52). A tese de incorporação não afirma que a agência volitiva consiste apenas na adopção de máximas. Casos de fraqueza de vontade muitas vezes envolvem uma falha em agir de acordo com uma máxima, não necessariamente ao adoptar uma máxima contrária. Os desejos

influenciam a forma como agimos nas máximas, mas a capacidade de adoptar máximas e responder aos desejos é essencial para ser um agente volitivo.

A tese de incorporação também não implica que as acções das pessoas sejam previsíveis ou sigam regularidades rígidas. A teoria da acção de Kant, interpretada pela tese de incorporação, não nega o papel essencial do sentimento na motivação das acções, permitindo casos de acção baseada em impulsos repentinos de sentimento.

Para Kant, não cumprimos nossos deveres porque temos um desejo independente, mas porque reconhecemos esses deveres e escolhemos cumpri-los em respeito a princípios racionais. A vontade envolve a capacidade de discriminar entre acções obrigatórias e proibidas, pressupondo uma concepção de si mesmo como agente. Kant identifica a dignidade da natureza racional com a capacidade de formar a representação “Eu”. Questionar normativamente os próprios desejos leva a questionar as próprias acções e, fundamentalmente, a questionar a si mesmo.

3. Princípios práticos a priori

Kant defende que, para seres racionais capazes de compreender o conceito de “bem”, devem existir também princípios de razão independentes de desejos. *“Como para derivar as acções das leis é necessária a razão, a vontade não é outra coisa senão razão prática”* (KANT, 2007, p. 47). A razão é a mais elevada de nossas faculdades no sentido de ser a mais independente, unificando o exercício de todas as outras e fornecendo todos “os princípios do conhecimento a priori”.

Kant acredita que princípios a priori são indispensáveis não apenas na busca de fins totalmente empíricos, mas também existem leis práticas, ou seja, princípios práticos “puros” ou a priori que tornam a vontade necessária independentemente de desejos antecedentes e fins previamente estabelecidos. A tese mais controversa de Kant é que *“a razão pura pode ser prática”* (KANT, 2007, p. 111). Esta tese significa que a razão, por si só, sem a influência das emoções ou dos sentidos, pode determinar a vontade humana e, conseqüentemente, nossas acções.

Além dos princípios morais a priori, Kant sustenta que outros princípios práticos a priori, não morais, são necessária e universalmente vinculativos para a vontade, mesmo quando esta age com base em fins estabelecidos em resposta a inclinações.

Em contextos práticos, “universalidade” e “necessidade” não significam exactamente o mesmo que em contextos teóricos. Kant argumenta que os princípios racionais, incluindo princípios morais, são “universalmente válidos”, normativos para todos os seres capazes de conduta racional. Isso não implica que todos os seres racionais devam considerar exactamente as mesmas acções racionais ou irracionais, mas sim que devem ser entendidos em termos dos mesmos princípios fundamentais.

Kant entende por “necessidade” em contextos morais que os princípios racionais não se aplicam a nós apenas por termos algum desejo contingente. Tanto para princípios morais quanto não morais da razão, esses princípios “necessitam” ao constranger a fazer o que prescrevem, independentemente do desejo momentâneo. O facto de eu não querer fazer algo por si só não derrota a alegação de que sou racionalmente obrigado a fazê-lo.

4. Os imperativos

Kant concebe dois tipos gerais de vontade. Uma “vontade santa” e outra vontade “finita. A “vontade santa” segue necessariamente princípios racionais, pois ela é perfeitamente boa, e

estaria portanto igualmente submetida a leis objectivas (do bem), mas não se poderia representar como *obrigada* a acções conformes à lei, pois que pela sua constituição subjectiva ela só pode ser determinada pela representação do bem. Por isso os imperativos não valem para a vontade divina nem, em geral, para uma vontade santa (KANT, 2007, p. 49).

Ao passo que a vontade “finita” ou “afectada patologicamente” pode deixar de seguir os imperativos morais e, exactamente por isso, ela deve se obrigar a segui-los. Quando direccionado a uma vontade do último tipo, um princípio prático racional é chamado de “imperativo”.

Kant também faz uma distinção famosa entre dois tipos de imperativos. Imperativos hipotéticos pressupõem um fim já estabelecido e comandam uma acção como um meio para esse fim. Sua restrição à vontade é, portanto, condicional à definição do fim em questão pelo agente. Imperativos categóricos não dependem dessa maneira;

o imperativo categórico (incondicionado) é aquele que pensa a acção como objectivamente necessária e a torna necessária não de modo mediato, através da representação de um fim que pode alcançar-se através da acção, mas através da mera representação da própria acção (da sua forma), ou seja, de modo imediato; nenhuma outra doutrina prática pode apresentar como exemplos outros imperativos senão aqueles que prescrevem obrigação (os morais) (KANT, 2016, pp. 31-32).

Em outras palavras, o supracitado significa que os imperativos categóricos exigem a execução de acções sem depender da definição prévia de um fim. O imperativo categórico fundamenta-se na forma da própria acção, implicando uma obrigação moral intrínseca.

4.1. Imperativos hipotéticos

Os imperativos hipotéticos

representam a necessidade de uma acção possível como meio para alcançar um determinado objeto do desejo; apresentam a acção como boa tendo em vista um fim possível ou real. Se é possível, o imperativo é problemático; se é real, é assertórico-prático (SOUZA, 2009, p. 68).

A citação acima indica que quando uma acção é considerada boa apenas como um meio para alcançar algum outro objectivo, estamos diante de um imperativo hipotético. Isso significa que a bondade da acção está condicionada à sua utilidade em atingir um determinado propósito. Por outro lado, se a acção é percebida como boa em si mesma, como algo necessário em uma vontade que segue a razão como princípio fundamental, então nos deparamos com um imperativo categórico.

O imperativo categórico “*que declara a acção como objectivamente necessária por si, independentemente de qualquer intenção, quer dizer sem qualquer outra finalidade, vale como princípio apodíctico (prático)*” (KANT, 2007, p. 51). Ele nos guia na determinação da moralidade das acções com base em sua intrínseca conformidade com a razão. Em contraste, o imperativo hipotético relaciona-se à utilidade da acção em relação a alguma intenção possível ou real.

Em termos práticos, “*um imperativo hipotético recebe seu conteúdo do fim buscado*” (DEKENS, 2008, p. 99). Ele indica qual acção seria considerada boa, considerando uma intenção específica ou uma finalidade particular. Isso se torna um princípio problemático, pois a avaliação da bondade da acção está vinculada a condições específicas.

Kant afirma que todos os imperativos, sejam hipotéticos ou categóricos, expressam uma relação entre uma lei objectiva da razão e uma vontade. O “princípio objectivo” diferencia-se de uma simples máxima por sua validade para todos os seres racionais. Assim, os imperativos hipotéticos, como os categóricos, são universalmente vinculativos e representam a acção como objectivamente necessária.

Este resultado é crucial para Kant, mostrando que aqueles que rejeitam os imperativos categóricos por considerar toda racionalidade como instrumental já assumem posições contraditórias; conforme coloca Tugendhat: “*o imperativo categórico vai desembocar no mandamento: não instrumentalizes ninguém!*” (TUGENDHAT, 1996, p. 155). Assim, o imperativo categórico conduz directamente ao mandamento de não instrumentalizar ninguém porque exige que todas as acções sejam fundamentadas em princípios que respeitam a dignidade e o valor inerente de cada ser humano. Esse mandamento é uma expressão da moralidade kantiana, que insiste na universalidade e na imparcialidade das leis morais: aquilo que não é moral para um indivíduo (ser tratado como um simples meio) não pode ser moral para qualquer outro.

4.2. Imperativos assertóricos

Imperativos hipotéticos, segundo Kant, podem ser classificados em dois tipos distintos. Alguns são fundamentados em fins contingentes, que podem ou não ser desejados por qualquer ser racional. Esses são denominados “imperativos problemáticos”, “imperativos de habilidade” ou “imperativos técnicos”. Outros imperativos hipotéticos têm como base um fim atribuível a todos os seres racionais, denominados por Kant como “assertóricos” ou “pragmáticos”. Os imperativos assertóricos, também conhecidos como “imperativos pragmáticos” ou “preceitos de prudência”, prescrevem ações necessárias para alcançar a felicidade, o único fim universalmente atribuível a todo ser racional.

Segundo Kant, a felicidade é conceituada como a ideia que abrange todas as inclinações ou como um todo absoluto, um máximo de bem-estar em meu estado presente e futuro. O imperativo assertórico, então, é um preceito que universalmente orienta seres racionais na busca das ações necessárias para alcançar a máxima satisfação com a vida.

Todavia, dada a variabilidade da natureza humana e a complexidade da vida, “*Kant argumenta que é impossível fornecer um conceito determinado de felicidade que sirva como base para avaliar a racionalidade prudente de fins e ações*” (WOOD, 1999, p. 67). Assim, Kant designa os imperativos de prudência como não sendo verdadeiramente imperativos, mas sim *conselhos* que são válidos contingencialmente e admitem exceções.

A moralidade, segundo Kant, não pode ser baseada na prudência, e a rejeição dos imperativos assertóricos implica que as obrigações morais não podem ser representadas como imperativos hipotéticos, mas devem ser categóricas e independentes de fins contingentes.

Em relação ao fim da felicidade, Kant argumenta que não existem preceitos universais, apenas conselhos gerais válidos contingencialmente. Isso implica que a obrigação moral não pode ser representada como um imperativo hipotético orientado para a busca da felicidade.

4.3. Imperativos categóricos

Segundo Wood, “*o objectivo da discussão de Kant sobre imperativos é introduzir a concepção de um imperativo categórico*” (WOOD, 1999, p. 70). Este é um princípio prático que limita a vontade incondicionalmente, independentemente de qualquer fim já dado. O imperativo categórico vai além do hipotético, sugerindo que a bondade da acção é uma característica intrínseca e necessária, independente das circunstâncias particulares. Ele estabelece uma regra prática para a vontade que não realiza uma acção apenas porque ela é útil para alcançar um objectivo, mas sim porque a própria acção é moralmente boa em conformidade com a razão. Esta distinção é crucial para compreender como as acções são avaliadas moralmente em diferentes contextos, seja pela sua utilidade específica ou pela sua conformidade incondicional com a razão prática.

Kant reconhece a possível contestação da efectividade de imperativos categóricos e postula que, como nenhum exemplo empírico os comprova, devem ser a priori. Para Kant, um imperativo categórico deve ser a priori e sintético, já que deve limitar a vontade sem referência a objectos de desejo, o que requer uma conexão sintética da vontade com qualquer acto ou fim.

Dúvidas sobre a fundamentação da moralidade na razão são frequentes, mas Kant defende que a imoralidade é uma falha da razão, não uma forma de insanidade. Ele reconhece três tipos de razão – instrumental, prudencial e moral – e argumenta que a propensão humana para o mal está ligada à capacidade racional. A moralidade, segundo Kant, está fundamentada na razão, e a visão contrária é perigosa.

Wood explica que existem algumas objecções quanto aos imperativos categóricos. Uma delas é “*baseada na tese de que todo raciocínio prático deve pressupor o desejo por um fim*” (WOOD, 1999, p. 72). No entanto, mesmo imperativos hipotéticos, que se baseiam na vontade de um fim, não seguem estritamente essa tese. A razão para seguir imperativos hipotéticos não é apenas o desejo pelo fim, mas a base que temos como seres racionais para realizar acções necessárias para alcançar um fim estabelecido.

Outra objecção à possibilidade de um imperativo categórico é que é inconcebível ter uma razão para seguir tal princípio, pois sua natureza incondicional elimina a possibilidade de tal razão.

Kant responde que, mesmo nos imperativos hipotéticos, a razão para segui-los não é um desejo pelo fim, mas a base que temos como seres racionais. Ele posteriormente desenvolve a Fórmula da Humanidade como Fim em Si Mesma (apresentada no ponto 2.1 deste capítulo) como parte do fundamento para seguir o imperativo categórico, conforme pode ser lido:

Este princípio da humanidade e de toda a natureza racional em geral *como fim em si mesma* (que é a condição suprema que limita a liberdade // das acções de cada homem) não é extraído da experiência, — primeiro, por causa da sua universalidade, pois que se aplica a todos os seres racionais em geral [...]; segundo, porque nele a humanidade se representa não como fim dos homens (subjectivo), [...] mas como fim objectivo, [...] e que por isso só pode derivar da razão pura. É que o princípio de toda a legislação prática reside objectivamente na regra e na forma da universalidade que a torna capaz [...] de ser uma lei (sempre lei da natureza); [...] o sujeito de todos os fins é [...] todo o ser racional (KANT, 2007, pp. 71-72).

Kant argumenta que o fundamento para seguir princípios racionais, tanto na razão instrumental quanto na prudente, reside na concepção do valor próprio de um ser racional. Esse valor não é fundamentado no desejo de possuir ou viver de acordo com ele, mas fornece o fundamento necessário para os desejos. A razão para seguir princípios racionais não é um desejo, mas a concepção de si mesmo como um ser racional com um valor intrínseco.

CAPÍTULO III – O ESTUDO DA NATUREZA HUMANA EM KANT

Neste capítulo discutiu-se a abordagem de Immanuel Kant ao estudo da natureza humana. O foco principal foi a divisão da filosofia moral proposta por Kant, que distingue a metafísica dos costumes da antropologia prática. O capítulo explora a dificuldade do auto-conhecimento na antropologia prática, destacando as preocupações metodológicas de Kant e suas dúvidas sobre a possibilidade de compreender plenamente a natureza humana. O capítulo conclui com a introdução do conceito de “Antropologia Pragmática”, explorando os quatro sentidos em que é utilizado o termo “pragmático” e a estrutura dessa abordagem, que busca compreender a natureza humana à luz da liberdade e da acção humana. O capítulo destaca a visão de Kant de que a antropologia pragmática deve contentar-se, por enquanto, com observações empíricas, aguardando uma revolução científica futura para fornecer resultados teóricos mais significativos.

1. Filosofia moral aplicada

Kant divide a filosofia moral em duas partes distintas: a metafísica da moral e a antropologia prática. A primeira destas é dita ser a “moral propriamente dita”, e supõe-se que nos forneça as *“leis segundo as quais tudo deveria acontecer”* (KANT, 2007, p. 14). Essas leis devem ser totalmente desprovidas de qualquer informação sobre o que de facto acontece. Portanto, elas devem ser completamente separadas de tudo o que sabemos sobre a natureza humana por meio da experiência. Na Fundamentação, Kant considera os dois departamentos da filosofia moral tão separados que ele chega a questionar se não deveriam ser explorados por pesquisadores diferentes, a fim de tirar proveito dos benefícios de uma divisão intelectual dessa exploração.

Na Fundamentação permanece extremamente incerto como seria tanto uma “metafísica dos costumes” quanto uma “antropologia prática”. De facto, conforme o título já sugere, a Fundamentação não é uma metafísica dos costumes, mas apenas lança as bases (os fundamentos) para uma ao formular e estabelecer seu primeiro princípio – a fórmula da lei universal.

Louden aponta que seria impossível desenvolver um sistema de leis e deveres práticos sem fazer uso algum de informações empíricas sobre os seres humanos. Por isso Kant não conseguiu deixar de estudar empiricamente os seres humanos na Fundamentação. Na realidade, Kant

dava muito mais importância ao valor do estudo empírico [do homem] para a teoria moral do que a maioria de seus inimigos, assim como seus amigos, lhe deram crédito. Mas acredito que eles [os críticos de Kant] também estão filosoficamente errados: tanto os estudos puros quanto os impuros desempenham papéis necessários e complementares na compreensão da ética (para não mencionar outras áreas de investigação). Rejeitar qualquer um deles é abandonar a possibilidade de compreensão (LOUDEN, 2000, p. vii).

Para fundamentar a posição de Louden ilustrada no trecho acima, tomemos, por exemplo, as ilustrações kantianas do princípio moral, será constatado que elas dependem de pressupostos substantivos sobre a natureza humana – sobre a finalidade natural do amor-próprio e dos talentos naturais, sobre nossa dependência da ajuda caridosa de outros seres humanos. Todavia, na Fundamentação não há tentativa de mostrar como todo esse conhecimento está relacionado a um estudo sistemático da natureza humana.

Somente uma década depois Kant realmente escreveu uma obra intitulada “A Metafísica dos costumes”. Na introdução a essa obra, ele mais uma vez contrasta “metafísica dos costumes” com “antropologia prática”. Mas a semelhança na terminologia pode nos fazer ignorar a grande mudança que ocorreu na forma como as duas partes da filosofia moral são concebidas. Kant observa que além do nome “antropologia prática”, a segunda parte da filosofia moral pode também ser chamada de “filosofia moral aplicada” ou de “antropologia moral”.

“A *antropologia prática* [...] é o] estudo das condições subjectivas da execução das leis morais, [e] faz parte da filosofia prática” (LAMEGO, 2011, p. xii). Em outras palavras, a antropologia prática ou filosofia moral aplicada é a moral aplicada aos seres humanos. A moral pura é construída sobre leis necessárias e, portanto, não pode se basear na constituição particular de um ser racional, do ser humano.

a lei moral, para ser válida a todo ente racional em geral, deve ser deduzida do conceito universal de um ser racional, não de um conceito empírico aduzido a partir de uma Antropologia. O princípio moral de que se parte para fundar uma moral não pode estar fundado em

particularidades da natureza humana, porque ele deve existir por si mesmo, independente da existência do homem. Tampouco podem as regras morais serem fornecidas pela experiência (SOUZA, 2009, p. 58).

A constituição particular do ser humano, assim como as leis que se baseiam nela, aparecem na antropologia moral sob o nome de “ética”. A metafísica dos costumes é, por assim dizer, uma filosofia moral pura, “*completamente depurada de tudo o que possa ser somente empírico e pertença a Antropologia*” (KANT, 2007, p. 15). Os deveres dos seres humanos só podem ser discutidos por “ética” ou “antropologia prática”, que devem ser mantidas inteiramente distintas de um tratamento puro ou metafísico dos princípios morais.

Um aspecto interessante da concepção de antropologia prática de Kant é que ela é considerada parte da moral ou filosofia prática, não da filosofia teórica. Kant considera informações empíricas sobre a natureza humana, assim como princípios a priori ou metafísicos, como determinantes do conteúdo de fins morais e, assim, de deveres éticos. Essas informações devem ser usadas não apenas na escolha de meios para fins morais, mas também na determinação de quais fins devemos estabelecer como seres morais – os fins que também são deveres. Para tal fim, “*obviamente, será necessário conhecimento empírico da natureza humana para determinar quais fins honrarão adequadamente a natureza racional dos seres humanos e quais fins são contrários ao respeito que devemos à dignidade humana*” (WOOD, 1999, p. 195). Essa citação sugere que, embora os princípios éticos fundamentais possam ser estabelecidos pela razão, sua aplicação requer uma análise cuidadosa do contexto empírico. É necessário saber como os seres humanos realmente são — suas necessidades físicas, emocionais e sociais — para garantir que as normas morais respeitem verdadeiramente a dignidade e a natureza racional das pessoas.

2. Dificuldade do auto-conhecimento

Nem na Fundamentação nem na Metafísica dos Costumes Kant fornece qualquer explicação sistemática dos métodos da parte especificamente empírica da filosofia moral, a “antropologia prática”. As descrições dadas em outras obras são igualmente vagas. Louden acredita que essa omissão reflecte sérias preocupações metodológicas que Kant tinha sobre a antropologia como

disciplina e algumas dúvidas persistentes sobre a possibilidade de auto-conhecimento humano em geral.

Algumas das preocupações de Kant decorrem de sua visão de que o estudo da natureza humana ainda está em um estado relativamente inicial e insatisfatório em comparação com o que poderia vir a ser algum dia. No entanto, Kant também duvida de nossa capacidade de estudar a natureza humana, mesmo quando o fazemos da melhor maneira possível. Algumas de suas dúvidas decorrem de considerações epistemológicas gerais, como os padrões para o conhecimento científico e o facto de que o objecto da antropologia não pode atendê-los. Outras dúvidas poderiam ser descritas como resultantes das descobertas da própria antropologia. Kant acredita que o que sabemos sobre a natureza humana nos dá razões para desconfiar de nossas habilidades para nos conhecer.

Na época de Kant, o estudo da natureza humana era geralmente tratado sob o título de “psicologia empírica”. Embora suas primeiras lições sobre antropologia pareçam equiparar antropologia à psicologia empírica, ele mais tarde se refere à “psicologia empírica” como a parte da antropologia que lida apenas com as aparências do sentido interno. Kant estava sempre insatisfeito com a maneira como seus predecessores lidavam com ambos os assuntos. Tanto em suas primeiras palestras quanto na *Crítica da Razão Pura*, “Kant critica a prática de confundir as questões de psicologia empírica com as da metafísica ou filosofia transcendental, que devem reivindicar status a priori” (WOOD, 1999, p. 198). No entanto, na *Crítica*, ele também faz a seguinte concessão referente à psicologia empírica:

o seu lugar é aquele onde deve ser colocada a física propriamente dita (empírica), isto é, do lado da filosofia aplicada, para a qual a filosofia pura contém os princípios a priori e com a qual portanto deve estar unida, mas não confundida. Assim, a psicologia empírica deve ser completamente banida da metafísica e já está dela completamente excluída pela idéia desta ciência. Contudo, deveria nela reservar-se-lhe um pequeno lugar, segundo o uso da Escola (mas somente como episódio), e isto por motivos de economia, porque não é ainda tão rica para constituir isoladamente um estudo e todavia é demasiado importante para que se possa repelir inteiramente ou ligá-la a outra matéria, com a qual tivesse ainda menos

parentesco do que com a metafísica. É, portanto, simplesmente um estranho, ao qual se concede um domicílio temporário até que lhe seja possível estabelecer morada própria numa antropologia pormenorizada (Kant, 2001, pp. 679-680).

Dessa observação, fica evidente que Kant não considera nem a psicologia empírica nem a antropologia actualmente em um estado satisfatório. É igualmente evidente que ele considera a psicologia empírica apenas como uma parte da antropologia, que, por sua vez, é um subcampo da doutrina empírica da natureza, sendo assim um ramo da filosofia “aplicada” em vez de “pura”.

Uma das dificuldades do auto-conhecimento reside na tarefa de definir o ser humano. Kant às vezes coloca a pergunta “*O que é o ser humano? no centro da filosofia*” (MARTINS, 2006, p. 14). Mas ele nunca tenta fornecer uma resposta sistemática a ela. Kant até acha impossível definir o que é peculiar à espécie humana. Pois essa espécie é apenas uma variante possível da natureza racional, e ainda não conhecemos outras variantes com as quais compará-la e chegar a diferenciais específicos. O que quer que digamos sobre a natureza humana, suas predisposições e propensões só podem ter um carácter provisório.

Kant rejeita a definição tradicional do ser humano como animal racional, permitindo apenas que o ser humano seja considerado como animal capaz de agir racionalmente, mas não necessariamente ou mesmo tipicamente exercendo com sucesso essa capacidade. Além disso, as capacidades racionais em si abrem nossa natureza à modificação, sendo a fonte do aperfeiçoamento. Pois a razão é precisamente nossa capacidade para um modo de vida indeterminado e aberto, em contraste com a vida de outros animais, que é fixa para eles por instinto.

Desde o tempo de Kant, atesta Caygill (2000, p. 30), “antropologia” passou a se referir principalmente ao estudo dos costumes e hábitos de diferentes povos. O sentido de Kant para o termo inclui esse significado, já que ele acredita que a observação empírica do comportamento humano pode ser ampliada por meio de viagens ou pela leitura de relatos de viajantes. Histórias, peças e romances também são fontes “auxiliares” para o antropólogo, mesmo que obras fictícias muitas vezes representem a natureza humana de maneira exagerada.

Antropologia, no entanto, não é uma descrição de seres humanos, mas de natureza humana. Kant acredita que um conhecimento local do mundo deve se basear em um conhecimento geral do mundo (um conhecimento da natureza humana como tal) se quiser ser útil para nós, pois o que representa é válido apenas para um tempo e lugar limitados, a menos que contribua para um conhecimento de validade cosmopolita.

A verdadeira dificuldade da antropologia reside em discernir padrões no comportamento humano que possam ser indicativos da natureza humana como tal. A maioria dos padrões no comportamento das pessoas, observa Kant, deve-se ao hábito. No entanto, os hábitos fornecem informações confiáveis apenas sobre como agem em situações familiares. Poderíamos identificar qual regularidade um hábito realmente exhibe apenas se pudéssemos ver como ele faria a pessoa se comportar em circunstâncias incomuns. Porém, se olharmos para os seres humanos em diferentes situações, veremos que circunstâncias diferentes simplesmente produzem hábitos diferentes.

O que os hábitos nos dizem sobre os princípios subjacentes de acção de uma pessoa é sempre ambíguo, pois qualquer hábito é consistente com uma variedade de disposições. Também, os hábitos devem ser ambíguos dessa forma para cumprirem uma de suas funções psíquicas essenciais, que é ocultar e disfarçar os motivos e princípios reais das pessoas. Isso torna difícil, em princípio, formular generalizações confiáveis sobre as disposições humanas. Kant conclui que isso *“dificulta muito a antropologia a se elevar à condição de uma ciência propriamente dita”* (KANT, 2006, p. 23). Isso quer dizer que essa ambiguidade e a capacidade dos hábitos de disfarçar os verdadeiros princípios são factores que dificultam a antropologia (o estudo da natureza humana) de se elevar ao status de uma ciência propriamente dita. Em outras palavras, a dificuldade de extrair conclusões claras e universais sobre a natureza humana a partir de comportamentos habituais é um obstáculo para a formação de uma ciência da natureza humana que possa fornecer explicações definitivas e objectivas.

3. Antropologia Pragmática

As reservas de Kant sobre o estudo da natureza humana podem nos levar a pensar que esta é uma área de estudo sobre a qual ele não confiava para dizer muito. Mas, na verdade, a situação se

revela exatamente o oposto. “*Em seus deveres de ensino na Universidade de Königsberg, Kant leccionou sobre o tema da antropologia tão frequentemente quanto leccionou sobre qualquer outro assunto, e essas palestras foram as mais populares que ele ministrou*” (Wood, 1999, p. 201). As próprias anotações de Kant sobre essas palestras, publicadas no livro “Antropologia de um Ponto de Vista Pragmático” (originalmente publicado em 1798 – a qual temos a tradução em português de 2006), foi uma das últimas obras que ele publicou.

O conteúdo dessa obra reflecte em grande parte a visão de Kant de que, por enquanto, a antropologia deve contentar-se com observações empíricas, as quais só podem fornecer resultados teóricos importantes com base em uma revolução científica ainda por vir.

3.1. Sentidos de “Pragmático” na Antropologia

Kant emprega o termo “pragmático” em seu título em quatro sentidos distintos. Primeiro ele distingue a abordagem pragmática ao estudo da natureza humana da fisiológica. A última, “*envolve o conhecimento das coisas do mundo, ou o homem como um objeto da e na natureza*” (CAYGILL, 2000, p. 30). Em outras palavras, estuda apenas o que a natureza faz do ser humano. Enquanto a abordagem pragmática considera “*o conhecimento do ser humano como ser livremente atuante ou como cidadão do mundo*” (CAYGILL, 2000, p. 30). Ou seja, considera o que o ser humano, como um agente livre, faz, ou pode e deve fazer, de si mesmo. A abordagem pragmática lida com acções humanas e com a natureza humana como algo que é em parte produzido por acções livres.

A partir dessa descrição, percebe-se que a antropologia pragmática pretende incluir a moral aplicada (antropologia prática), pois esse estudo também deve lidar com a natureza humana à luz da liberdade humana e do que os seres humanos devem fazer. Essa impressão é confirmada pela divisão kantiana da antropologia em duas partes: “didáctica antropológica” e “caracterização antropológica”. A “caracterização” lida com carácter e acção humana, e é chamada de parte prática da antropologia.

O escopo da antropologia pragmática é mais amplo do que o da antropologia prática, uma vez que busca o conhecimento da natureza

humana à luz de todos os usos que podemos escolher fazer desse conhecimento, e não apenas para seu uso moral (WOOD, 1999, p. 203).

Na visão de Kant, os seres humanos são humanos apenas por meio das acções de outros que os educam:

a disposição pragmática da civilização por meio da cultura, principalmente das qualidades do relacionamento, e a propensão natural de sua espécie a sair, nas relações sociais, da rudeza do mero poder individual e tomar-se um ser polido (ainda que não moral), destinado à concórdia, já é um nível superior. – O ser humano é capaz e necessita de uma educação, tanto no sentido da instrução quanto no da obediência (disciplina) (KANT, 2006, p. 2018).

Kant também sustenta que o desenvolvimento de nossas predisposições humanas é um processo social, resultado das acções colectivas da sociedade. Além disso, na visão de Kant, o mal na natureza humana é um produto social, e nosso cumprimento de nossa vocação moral deve ser igualmente de natureza social: nossa única esperança para a melhoria moral humana está em sermos membros de uma comunidade ética com fins morais compartilhados ou colectivos.

O segundo sentido do termo “pragmático” em Kant distingue-se do escolástico. Kant pretende que a antropologia pragmática seja um conhecimento do mundo distinto de um conhecimento escolástico. Este último “*contém um amplo conhecimento das coisas no mundo, por exemplo, os animais, as plantas e os minerais dos diversos países e climas*” (KANT, 2006, p. 21); ao passo que a antropologia pragmática “*contém um conhecimento do ser humano como cidadão do mundo*” (KANT, 2006, p. 21). Em outras palavras, a antropologia pragmática é envolvida no tipo de conhecimento da natureza humana que as pessoas adquirem por meio de acções e interacções com os outros, em vez do conhecimento teórico de um mero observador fora do mundo – ela coloca o ser humano *no mundo*, e não separado ou alheio a ele.

Com a expressão “cidadão do mundo” percebe-se que Kant enfatiza que a antropologia deve ser pragmática também no sentido de que é cosmopolita em sua abrangência. Deve ser um conhecimento universal envolvendo familiaridade e reflexão sobre toda a espécie.

O termo “antropologia pragmática” refere-se não apenas ao nosso conhecimento da natureza humana na medida em que é resultado de acções humanas, mas também ao conhecimento adquirido com o objectivo de usá-lo em acção – este é o terceiro sentido do uso da expressão “pragmático” em Kant (enquanto uso na acção).

Quando alguém estuda a memória, por exemplo, como antropólogo pragmático, não é mero “espectador de suas representações”, mas *“utiliza as percepções sobre o que considerou prejudicial ou favorável a ela, e para tanto precisa do conhecimento do ser humano, isso constitui uma parte da antropologia de um ponto de vista pragmático”* (KANT, 2006, p. 21). Neste sentido do termo “pragmático”, utilidade se destina a abranger conhecimento técnico, conhecimento prudente e conhecimento moral.

O quarto sentido do “pragmático” na teoria kantiana obtém-se pelo facto de *“ao nomear suas palestras como ‘pragmáticas’, Kant também está, por vezes, a pensar em sua teoria dos três tipos de racionalidade, contrastando o pragmático tanto com o técnico quanto com o moral”* (WOOD, 1999, p. 205). Assim sendo, o pragmático passa a alinhar-se com a prudência – com um conhecimento que promove nossa felicidade, especialmente através do uso que fazemos das outras pessoas.

3.2. A Estrutura da Antropologia Pragmática

Kant organiza a Antropologia em duas divisões principais: “didáctica antropológica” e “características antropológicas”. A primeira divisão é subdividida de acordo com as três faculdades humanas principais da mente: a faculdade cognitiva, o sentimento de prazer e desprazer, e a faculdade do desejo. As “características antropológicas” são também designadas da seguinte maneira: *“Da maneira de conhecer o interior do homem pelo exterior”* (KANT, 2006, p. 181). Esse título parece considerar as capacidades de cognição, sentimento e volição como o interno, contrastando isso com seus efeitos ou operações externas.

As “características” lidam com o carácter humano – ou seja, o que os seres humanos fazem de si mesmos por meio de sua própria livre vontade. Isso é dividido em quatro secções principais,

lidando respectivamente com o carácter de indivíduos, sexos, nações e da espécie humana como um todo.

Nas “características” a discussão começa com dois aspectos do ser humano, que devem ser distinguidos do carácter. O temperamento diz respeito à base das inclinações de um indivíduo na medida em que está relacionada à constituição corporal; a “natureza individual” dos seres humanos é constituída por suas faculdades mentais, que são a base de suas habilidades ou talentos naturais.

Kant contrasta tanto a “natureza individual” quanto o “temperamento” com o “modo de pensar”, que assume essa base natural e a transforma através da liberdade em carácter. Em seguida, ele passa a tratar das propensões específicas dos sexos, dos diversos povos (europeus), das (quatro) raças e, finalmente, da espécie humana como um todo. É digno de nota que ele considera as diferenças de género, nacionais e raciais como questões de carácter – ou seja, como resultados da livre agência quando esta assume diferenças no modo de vida condicionado geograficamente. O objectivo das características antropológicas seria entender como a liberdade se expressa por meio da natureza.

A abordagem pragmática da antropologia serve para indicar a grande distância que separa a antropologia kantiana da psicologia empírica tradicional e também do que a teoria metafísica de Kant sobre a liberdade e a natureza poderia nos levar a esperar. A antropologia kantiana é tudo, menos uma ciência natural determinista do comportamento humano concebida exclusivamente a partir do ponto de vista de um observador desapegado (WOOD, 1999, p. 206).

Como os argumentos que ao longo deste capítulo devem nos levar a esperar, a antropologia kantiana assume desde o início que os seres humanos são livres. A antropologia de Kant não reconhece nenhuma descontinuidade entre a perspectiva do observador e a do agente. O antropólogo pragmático é concebido não como um pesquisador desapegado, mas como um agente capaz de participar no ponto de vista de outros agentes e em seus projectos práticos livremente escolhidos. Assim, concluimos este capítulo com as seguintes palavras de Kant:

o resultado final da antropologia pragmática em relação à destinação do ser humano e à característica de seu aprimoramento consiste no seguinte. O ser humano está destinado, por sua razão, a estar numa sociedade com seres humanos e a se cultivar, civilizar e moralizar nela por meio das artes e das ciências, e por maior que possa ser sua propensão animal a se abandonar passivamente aos atrativos da comodidade e do bem-estar, que ele denomina felicidade, ele está destinado a se tornar ativamente digno da humanidade na luta com os obstáculos que a rudeza de sua natureza coloca para ele (KANT, 2006, p. 219).

Por meio do supracitado, conclui-se que Kant destaca a importância do desenvolvimento moral e ético no contexto do aprimoramento humano. Ele argumenta que a destinação do ser humano, guiada pela razão, é viver em sociedade e se cultivar por meio das artes e ciências. No entanto, essa destinação vai além da mera busca de comodidade e bem-estar, que ele chama de felicidade. O verdadeiro valor moral e ético do ser humano é revelado na luta activa contra os obstáculos naturais e na busca constante por se tornar digno de sua humanidade.

CONCLUSÃO

Ao longo desta monografia, foi explorada a complexa relação entre a ética do dever de Immanuel Kant e o estudo empírico da natureza humana. O objectivo principal foi reflectir sobre a natureza humana por meio da abordagem ética kantiana, com três metas específicas: (i) contextualizar o pensamento ético de Kant no âmbito do estudo do homem; (ii) discutir os fundamentos filosóficos da ética do dever em Kant; e (iii) debater o estudo da natureza humana no contexto da ética de Kant.

No primeiro capítulo, foi explorada a relação entre a ética kantiana e a natureza humana. Inspirado por Rousseau, Kant reconhece a propensão humana à ilusão da desigualdade na sociedade, enfatizando a importância de proteger a igualdade intrínseca de todos os indivíduos. Embora defenda princípios morais a priori, Kant reconhece a necessidade de entender a lei moral pura independentemente de considerações antropológicas.

No segundo capítulo, foram delineados os fundamentos da ética kantiana, conforme apresentados na “Fundamentação da Metafísica dos Costumes”. A busca de Kant pelo princípio supremo da moralidade resultou na formulação da Lei Universal (FLU) e suas variações: a Fórmula da Lei da Natureza (FLN), a Fórmula da Humanidade como Fim em Si Mesmo (FH) e a Fórmula da Autonomia (FA), incluindo a Fórmula do Reino dos Fins (FRF). Esses princípios interligados formam a base unificada da ética kantiana.

A boa vontade, que Kant considera a única coisa boa sem limitação, é essencial para avaliar o valor moral. A distinção entre acções conforme o dever e por dever foi destacada, assim como a capacidade da vontade racional de estabelecer fins, diferenciando-a do poder bruto de escolha dos animais.

Os imperativos foram divididos entre hipotéticos e categóricos, com os primeiros sendo condicionais e os últimos expressando necessidades morais incondicionais. O imperativo categórico é fundamental para a ética kantiana, e a Fórmula da Humanidade como Fim em Si Mesmo ressalta o respeito pela humanidade como critério moral central.

No terceiro capítulo, foi explorada a natureza humana dentro da ética de Kant, destacando a divisão entre a metafísica da moral e a antropologia prática. Embora Kant estabeleça uma

distinção clara entre leis morais puras e estudos empíricos, ele reconhece a necessidade de informações empíricas para fundamentar princípios morais práticos. A antropologia prática ou filosofia moral aplicada emerge como o campo onde a moralidade a priori se encontra com a natureza humana.

Kant enfrentou desafios relacionados ao auto-conhecimento humano e foi cauteloso quanto aos métodos da psicologia empírica de sua época. A “Antropologia de um Ponto de Vista Pragmático” reflecte a importância do estudo da natureza humana, apesar de suas reservas metodológicas. A antropologia pragmática aborda tanto as faculdades cognitivas quanto as acções livres que moldam o carácter humano, destacando a liberdade como elemento central no desenvolvimento das predisposições humanas.

Com a presente monografia conclui-se que a ética do dever de Kant destaca a autonomia, igualdade e boa vontade na compreensão da natureza humana. Ao enfatizar a razão prática, princípios morais universais e a incondicionalidade dos imperativos categóricos, a abordagem kantiana busca transcender contingências empíricas e compreender a essência moral da humanidade, sem considerar qualidades específicas de indivíduos.

BIBLIOGRAFIA

a) Obras do autor

Kant, I. (1997). *Lectures on Ethics*. Peter Heath (Trans.). Cambridge: Cambridge University Press.

_____. (2001). *Crítica da Razão Pura*. 5ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

_____. (2006). *Antropologia de um Ponto de Vista Pragmático*. Clélia Aparecida Martins (Trad.). São Paulo: Illuminarus.

_____. (2007). *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Artur Morão (Trad.). Lisboa: 70.

_____. (2011). *A Metafísica dos Costumes*. José Lamego (Trad.). 3ª ed., Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

_____. (2012). *Lectures on Anthropology*. Robert Clewis, Robert Loudon, Felicitas Munzel & Allen Wood (Trans.). Cambridge: Cambridge University Press.

_____. (2016). *Crítica da Razão Prática*. Valério Rohden (Trad.). 4ª ed., São Paulo: Martins Fontes.

b) Obras sobre o autor

Caygill, H. (2000). *Dicionário Kant*. Álvaro Cabral (Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Dekens, O. *Compreender Kant*. (2008). Paula Silva (Trad.). São Paulo: Loyola.

Deleuze, G. (1994). *A Filosofia Crítica de Kant*. Lisboa: 70.

Lamego, J. (2011). *A Metafísica dos Costumes: a apresentação sistemática da filosofia prática de Kant*. In: “A Metafísica dos Costumes”. José Lamego (Trad.). 3ª ed., Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Louden, R. B. (2000). *Kant's Impure Ethics: From rational beings to human beings*. New York-Oxford: Oxford University Press.

Martins, C. A. (2006). *Introdução à Antropologia*. In: “Antropologia de um Ponto de Vista Pragmático”. Clélia Aparecida Martins (Trad.). São Paulo: Illuminarus.

Quintela, P. (2007). *Prefácio à Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Artur Morão (Trad.). Lisboa: 70.

Souza, H. J. (2009). *O Problema da Motivação Moral em Kant*. São Paulo: Cultura Acadêmica.

Wood, A. W. (1999). *Kant's Ethical Thought*. Cambridge: Cambridge University Press.

_____. (2008). *Kant: Introdução*. Delamar José Dutra (Trad.). Porto Alegre: Artmed.

c) Outros autores

Horkheimer, M. (1990). *Teoria crítica: uma documentação*. Trad. Hild Cohn. São Paulo: Perspectiva.

MacIntyre, A. (2007). *After Virtue: A Study in moral theory*. 3rd ed. Indiana: University of Notre Dame Press.

Rawls, J. (2000). *Uma Teoria de Justiça*. Almiro Pisetta & Lenita Esteves (Trads.). São Paulo: Martins Fontes.

Rorty, R. (1998). *Justice as a Larger Loyalty*. In: “Cosmopolitics: Thinking and feeling beyond the nation”. Pheng Cheah & Bruce Robbins (eds.). Minneapolis-London: University of Minnesota Press.

Tugendhat, E. (1996). *Lições sobre ética*. 3.ed. Petrópolis: Vozes.

Vásquez, A. S. (1990). *Ética*. João Dell'Anna (Trad). 12^a ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.